



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito / Relações Internacionais

CAMILA ALVES DE OLIVEIRA

**A CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: RESULTADO DE UM
ANSEIO SOCIAL?**

**BRASÍLIA
2021**

CAMILA ALVES DE OLIVEIRA

**A CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: RESULTADO DE UM
ANSEIO SOCIAL?**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito / Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a) Carolina Costa Ferreira

**BRASÍLIA
2021**

CAMILA ALVES DE OLIVEIRA

**A CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: RESULTADO DE UM
ANSEIO SOCIAL?**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito / Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a) Carolina Costa Ferreira

Brasília, 30 de abril de 2021

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

AGRADECIMENTO

Primeiramente, será a Deus, que foi meu porto seguro em meio a tantas tempestades e empecilhos, sei que sempre me guiou em meio ao desconhecido, e sempre me trouxe de volta ao meu caminho, permaneço com a fé que dias melhores virão e continuarei a me orientar Nele até onde minha confiança não tem limites, repousando a minha alma em seu abraço, pois eu sou Dele e Ele é meu.

Gostaria também de agradecer à minha mãe, Sara e a minha avó, Anete, *in memoriam*, que juntas fizeram de mim o que sou hoje, me criando sozinhas, e sendo meus maiores exemplos de determinação e resiliência. Obrigada por lutarem por mim e me transmitirem muito mais do que valores como honestidade, bondade e amor, mas o impulso para nunca desistir dos meus sonhos. Obrigada mãe, por ser a minha luz quando tudo que vi era escuridão e medo, por me amar, por trabalhar dia e noite e me criar com o melhor que era possível dentro das suas possibilidades, sempre foi perfeito tudo que compartilhamos, nunca serei grata o suficiente. Obrigada vovis, por mesmo que não possa estar mais ao alcance dos meus braços ainda ter me ensinado tanto, ter me dado muito mais do que eu merecia, ainda sinto seu amor junto a mim e nunca esquecerei da sua história e de tudo que vivemos juntas.

Obrigada à Maria Cecília, a sua existência me trouxe muito mais do que a maternidade, mas uma revolução interior e sei que hoje a minha vida só está melhor, porque você existe nela. Obrigada pela doçura dos seus carinhos, me trazendo sempre a força para seguir em frente e lutar por nós duas; pela sua amizade que mesmo em dias difíceis ilumina tudo, onde quer que você vá. Obrigada por me ensinar tanto com sua inocência, sei que esses anos de aprendizado na faculdade, foram também histórias que eu coletei com você à minha jornada, às vezes dentro da sala de aula juntas, aliando a maternidade e todos os desafios que a vida acadêmica traz. E obrigada ao meu marido, Blader, que muitas vezes foi meu ponto de equilíbrio para me manter calma em situações de desespero; obrigada por toda ajuda, pelos conselhos, pelos puxões de orelha, e por todas as vezes que me senti sozinha e você me mostrou que estava ao meu lado, segurando a minha mão.

E por fim, mas ainda assim muito importante, meu muito obrigada à minha professora orientadora Carolina Costa Ferreira, uma profissional sensível, amorosa e extraordinária, que além de me guiar com seus conhecimentos, me trouxe o acolhimento em dificuldades maternas, propiciando a finalização deste ciclo com muita satisfação.

A CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: RESULTADO DE UM ANSEIO SOCIAL?

CAMILA ALVES DE OLIVEIRA

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, que tipificou o crime de importunação sexual, se fora resultado de anseio popular através de um panorama sobre a repercussão dos casos na mídia, e verificar se está sendo garantida a proteção da dignidade sexual das vítimas. Assim, a unidade de análise foi documental, a partir de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dados oficiais, jurisprudência de tribunais estaduais e superiores e notícias. Isto posto, pôde-se ponderar positivamente e negativamente a partir da doutrina, bem como averiguar a divergência identificada na jurisprudência dos tribunais pátrios, realizar analogia da importunação sexual, com outras infrações penais, como estupro e estupro de vulnerável, ressaltando a desproporcionalidade, bem como o uso da lei mais benéfica ao réu. Após, destaca-se a importância do conhecimento sobre as dimensões de raça e classe para a criminalização da importunação sexual, levando em consideração, quando se trata das vítimas, qual a parte da população está em maior proeminência. Infere-se que o referido tema trouxe diálogo à sociedade, à necessidade de acolhimento das vítimas, bem como demonstrando que o Código Penal vem se amoldando às necessidades e mudanças da coletividade.

Palavras-chave: Mulheres. Dignidade Sexual. Importunação Sexual. Lei nº 13.718/2018. Igualdade. Proteção.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 CONTEXTO DA CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO BRASIL ..	8
2 A LEI Nº 13.718: IMPACTOS NA DOUTRINA E NO SISTEMA DE JUSTIÇA	15
3 DIMENSÕES DE RAÇA E CLASSE PARA A CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	24
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar se a importunação sexual, conduta criminalizada pela Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, foi resultado de anseio popular ou instrumento de proteção do bem jurídico da dignidade sexual. Sendo assim, pretende-se verificar se a criação deste tipo penal foi resultado do envolvimento social ativo dos brasileiros, frente a casos de importunação no território nacional, que eram qualificados como importunação ofensiva ao pudor que, socialmente, parece não possuir efeito penal repressivo suficiente ao infrator, bem como de forma preventivo.

Portanto, a análise frente a este estudo será documental, a partir de pesquisa bibliográfica de livros, artigos, matérias, dados oficiais, leis, bem como a jurisprudência de tribunais pátrios. Por conseguinte, será essencial identificar se o crime de importunação sexual garante a proteção da dignidade sexual de forma adequada e, assim, contribuir para a prevenção, promoção do diálogo e da percepção sobre o acolhimento das vítimas de violência sexual, pela sociedade e pelos entes públicos. Será analisado se o tipo penal em evidência tem sido suficiente para garantir a proteção das vítimas, à luz da jurisprudência e da doutrina, e se seriam necessárias outras medidas públicas para garantir a efetiva aplicação da lei e proteção social.

Camila, continue a introdução, indicando os pontos principais do desenvolvimento do trabalho: diga, por exemplo: “no primeiro item do desenvolvimento do artigo, será apresentado o contexto da criminalização da importunação sexual...”, e, assim, para os demais pontos.

1 CONTEXTO DA CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Os casos de assédio sexual no Brasil, especialmente em transportes públicos, estavam se tornando cada vez mais corriqueiros (ARCOVERDE; PERRONI, 2018) e, antes da criminalização da importunação sexual, a maior parte desses casos era tipificada como crimes de menor poder ofensivo, como era a importunação ofensiva ao pudor (anteriormente considerada uma contravenção penal— art. 61 da lei das Contravenções Penais, decreto-lei 3.688/41).

À vista disso, cita-se como exemplo o caso em que um homem foi preso em flagrante após ter ejaculado em uma mulher dentro de um ônibus na Avenida Paulista, em São Paulo – SP, e, menos de 24 horas depois, a ele foi concedida liberdade provisória em audiência de custódia após o juiz responsável concluir que o ato não seria estupro, mas, sim, uma contravenção penal - "importunar alguém em local público de modo ofensivo ao pudor" (TJSP, 2017). A partir desse caso, aumentou a indignação popular, visto que casos como esse são comuns; em estudo feito pela ActionAid em 2016, foi registrado que “mulheres são também expostas à violência e ao assédio em locais públicos. Uma pesquisa recente aponta que 35% das mulheres moradoras de São Paulo já sofreram algum tipo de violência ou assédio no transporte público”¹, a sensação de insuficiência punitiva, visto que, neste caso em específico, além do réu ter passagens anteriores em casos semelhantes (12 boletins de ocorrência por crimes sexuais e três vezes preso anteriormente por estupro), a contravenção penal em referência era passível de multa e não prisão, como atualmente. Entretanto, neste caso o homem foi preso e logo após liberado², e o sentimento gerado, portanto, era de inequívoca impunidade do infrator.

Primeiramente, é necessário entender que o Direito foi concebido como linguagem para regular determinados comportamentos, portanto, estabelecer regras para o dever-ser de toda a sociedade, sendo estabelecidas sanções como forma de induzir o comportamento humano (CARVALHO, 2007), que deve observar à lógica deontica, delimitada como permitido, obrigatório ou proibido. O que se manifesta no exercício da Justiça penal é esse poder soberano

¹ Disponível em: <https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493419684liberdade locomocao_completo_0.pdf>

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/homem-e-detido-por-ejacular-em-mulher-dentro-de-onibus-no-centro-de-sp.ghtml>>

do Estado, um poder jurídico que se faz efetivo pela lei, para que o Estado realize a sua função originária, que é assegurar as condições de existência e continuidade da organização social (NUCCI, 2017).

No âmbito penal, imperam as regras de comportamento proibitivo, as quais são valoradas com regras punitivas voltadas primordialmente à restrição da liberdade do infrator, mas que também possuem princípios que orientam a própria aplicação destas, visando tornar a convivência em sociedade mais harmônica.

Para compreender a aplicação do Direito Penal é preciso ter firme o conceito de bem jurídico e todos os elementos que o integram, visto que o bem jurídico não é uma percepção de hoje, mas de longo tempo. É possível perceber que se procura conceber o bem jurídico como valor cultural – entendida a cultura no sentido mais amplo, como um sistema normativo (PRADO, 2019). A partir disso, o direito penal intervém para prevenir danos que podem chegar até à sociedade, preservando as condições essenciais de cada indivíduo para uma convivência entre os cidadãos de forma pacífica, assegurando, principalmente, os direitos fundamentais.

Dentro da liberdade, em um contexto mais geral, está à liberdade sexual, entendida por (BITTENCOURT, 2012) como sendo o exercício da própria sexualidade e, de certo modo, a disposição do próprio corpo, devendo ser interpretado como um bem jurídico merecedor de uma proteção penal específica, não sendo suficiente para abranger toda sua dimensão no que cerne à liberdade geral.

Bittencourt (2019) conceitua, ainda, que a liberdade sexual é entendida como a faculdade individual de escolher livremente não apenas o parceiro ou a parceira sexual, como também quando, onde e como exercitá-la, constitui um bem jurídico autônomo, independente, distinto da liberdade geral, com idoneidade para receber, autonomamente, a proteção penal (BITTENCOURT, 2019). Ou seja, a liberdade sexual é a faculdade de um indivíduo de escolher livremente, não apenas seu parceiro, mas também como, quando e onde exercitar sua liberdade de ser, sendo assim, um bem jurídico autônomo. A liberdade sexual integra a própria honra do indivíduo (BITTENCOURT, 2012) que é valor imaterial, insuscetível de apreciação, valoração ou mensuração de qualquer natureza da dignidade da pessoa humana.

Quando falamos sobre dignidade sexual, é preciso lembrar que há também o direito à liberdade sexual, e assim, é direito personalíssimo de cada indivíduo, como também sua honra, e esse direito, dentro dos parâmetros da lei e da moralidade pública, deve ser respeitado,

concebido, definido, desenvolvido e exercido de forma completamente honrosa, bem como também se torna merecedor de proteção frente aos direitos individuais e coletivos.

Considerando o direito à liberdade e dignidade sexual, é preciso lembrar que para alcançar a igualdade e pela proteção de direitos, o movimento feminista incorporou novas ideias à sociedade, o que possibilitou a garantia de direitos que antes sequer se cogitavam. E, apesar, de já se ter avançado neste tema, ainda há muito para ser conquistado. Assim sendo, “as mulheres têm mais interesse em apresentar suas críticas à ordem estabelecida. Ao distanciar-se dessa ordem, perdem muito pouco e, em contrapartida, têm muito a ganhar ao desmascarar o androcentrismo da ciência e do conhecimento” (MENDES, 2017, p. 80). E, considerando, todo o histórico de luta feminina e clamor social, a busca pela equidade em direitos, demonstra que:

O que se conhece, e como se conhece, depende da situação e da perspectiva do sujeito conhecedor/a. E esta situação depende de múltiplos fatores e situações sociais, tais como raça, orientação sexual, origem, região do mundo em que vive. O sexo-gênero forma uma situação social e, assim como todos os demais elementos, não é externo ao conhecimento, mas parte integrante dele. (...) Somente os valores coercitivos – como é o racismo, o classismo e o sexismo – deterioram a objetividade. Mas, em oposição a estes valores coercitivos, existem valores participativos (de não racismo, não classismo ou não sexismo) que diminuem as deformações e mistificações das explicações e ideias de nossa cultura. (MENDES, Soraia da Rosa, 2017, p. 85)

Foi neste contexto social que o Senado Federal aprovou, no dia 07 de agosto de 2018, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei n. 5.452-B que tipifica o crime de importunação sexual, (...), “que trata-se de um tipo penal de extraordinária importância, preenchendo lacunas em nosso sistema penal, como deixaram claro os graves fatos ocorridos no interior dos meios de transportes públicos de São Paulo, com criminosos ejaculando, impunemente, em mulheres indefesas e comprimidas nesses locais, sem chance de defesa”. (BITTENCOURT, 2019, p.80), o ato de importunar está previsto no art. 215-A da Lei n. 13.718/2018 do Código Penal (BRASIL, 1940), veio para substituir a contravenção penal que, antes, era prevista no art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 na Lei das Contravenções Penais (BRASIL, 1941), após alvoroço social e político devido aos casos de assédio em transportes públicos em todo o território brasileiro, levando o Legislativo a se mobilizar no sentido de propor mudanças considerável na legislação penal, no que cerne à dignidade e às liberdades sexuais.

Ora, sendo inequívoco que “o direito vive em constante movimentação, transformando-se a cada instante. Toda vez que surge uma nova lei, que um juiz produz uma sentença, [...], o

sistema se renova” (CARVALHO, 2009, p. 610), são necessárias alterações no sistema jurídico a fim de acompanhar a evolução da sociedade, norteando-a, organizando-a e regulando-a.

É preciso fazer o exercício de compreender crime em referência, para entender o que é a análise da regra modificada, para que dela se consiga extrair a norma que à luz do contexto social visa tutelar situações como a descrita na apresentação deste trabalho:

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018) (Brasil, 2018).

O comportamento velado pelo dispositivo acima estava previsto no art. 61 da Lei de Contravenções Penais (BRASIL, 1941), onde “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor” tinha como punição a mera aplicação de multa pecuniária a ser fixada entre duzentos mil réis a dois contos de réis.

O crime objeto veio para abarcar situações em que haja, cumulativamente, ato libidinoso, falta de consentimento e a satisfação da lascívia própria ou de outrem. No projeto de Lei nº 8.471/2017, apresentado em 04 de setembro de 2017, de autoria do Dep. Auro, que inclui o artigo 214-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de constrangimento sexual. Esse crime é intermediário entre o estupro e a contravenção penal de “importunação ofensiva ao pudor”, sendo que não há novidade nesses conceitos já previstos no Código Penal e sobre os quais a jurisprudência e a doutrina já se debruçaram largamente, inclusive porque estão em outros tipos penais. A novidade aqui é que foram reunidos em um “novo” crime, para penalizar com mais severidade que a contravenção, bem como não imponha a gravidade da condenação por estupro (CÂMARA, 2017).

De acordo com Baratta, Streck e Andrade (1999), o sistema de justiça criminal reflete a realidade social e concorre para a sua reprodução. Assim, diante da demanda social (MENDONÇA, 2017) que motivou o projeto de lei (esta fonte material do direito), sobreveio a mencionada alteração legislativa para abarcar a prática de um ato libidinoso como crime, sendo aquele fato descrito como comportamento vedado pelo ordenamento jurídico e definido como a pretensão de satisfazer a libido, o prazer sexual, que não abranjam a conjunção carnal em si. Todo ato praticado por determinada pessoa com o propósito de ter prazer ou causar prazer a outrem, realizando seu ato sobre uma terceira pessoa, mas sem o consentimento expresso da vítima, é ato libidinoso.

Um estudo publicado em dezembro de 2016 pela organização ActionAid ("Liberdade de locomoção"), reconhece inicialmente que os serviços comumente conhecidos como de "infraestrutura e utilidades" (incluindo fornecimento de água, eletricidade, estrada, transporte, saneamento e telecomunicações) quando funcionam de acordo com seu objetivo, permitem que as mulheres passem tempo com atividades que não são relacionadas ao serviço doméstico, e, dessa forma, possuam maior adequação social igualitária.

Contudo, é importante ressaltar que quando não funcionam bem, ou de forma limitada, acentuam a desigualdade, a violência e a exclusão baseada em gênero, como por exemplo, a quantidade de ônibus coletivo em circulação em todo o território nacional permaneceu o mesmo por uma década, isto é, no ano 2000 havia um ônibus para cada 427 pessoas, em 2010 havia um ônibus para cada 649 pessoas³. Essa situação comum no país afeta drasticamente mulheres e garotas, aumentando o risco de sofrerem violências, serem assediadas, importunadas em ônibus superlotados, bem como empurradas e impedidas de embarcar, dificultando que as mesmas se adequem e tenham oportunidades no meio social.

Este estudo ainda revelou a dimensão dos graves problemas enfrentados no país: em 2014, segundo dados oficiais do Datafolha (2014), foram quase 48 mil casos de estupro, uma média de um caso de estupro a cada 11 minutos, entre os quais cerca de 35% sequer foram registrados⁴.

Quando sancionada a lei que trata do crime de importunação sexual, o Presidente em exercício, Ministro Dias Toffoli, afirmou que "o Judiciário deve trabalhar envolvido com a sociedade para não só formular direitos, mas também transformar culturas e práticas, pois considera que no Brasil 'ainda perdura uma distância grande demais entre termos normativos e a vida concreta'⁵.

A tipificação realizada veio em continuidade às mudanças iniciadas pela Lei nº 12.015/09, valorizando ainda mais as mudanças nos costumes da sociedade e a necessidade de contínua proteção, principalmente à mulher.

³Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6934>

⁴Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI288060,11049-Importunacao+sexual+e+divulgacao+de+video+de+sexo+ou+nudez+tornamse>>

⁵Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/importunacao-sexual-vira-crime-com-pena-de-ate-5-anos.html>>

Ademais, quando se considera o direito à intimidade e à honra, previsto no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), nada mais certo do que garantir que todo brasileiro tenha assegurado o direito de satisfazer seus desejos sexuais de forma digna, respeitosa, com liberdade de escolha e, acima de tudo, vedando-se qualquer tipo de exploração, violência ou grave ameaça.

Perfaz-se a presença do Estado, não apenas na formulação da lei, mas também no atendimento das vítimas deste crime, na capacitação de policiais e outros agentes, incluindo os de saúde, no que tange a esse tipo de situação. Além do mais, é essencial incluir práticas de conscientização aos cidadãos, no que tange à proteção dos direitos das mulheres e da necessidade de igualdade social. É necessário que o objetivo seja cumprido, ou seja, para que a punição desse comportamento cause a mudança social almejada em todo o seu âmbito, é essencial o trabalho de forma cooperativa entre cidadãos, agentes públicos e o Estado, instruindo e protegendo a todos de forma isonômica.

A partir do que foi dito anteriormente, as mudanças nas relações interpessoais e no comportamento da sociedade demandam a renovação da legislação, afinal integram o processo de elaboração das leis, que é fonte material do Direito (CARVALHO, 2007). É o caso da importunação sexual, que, antes, era importunação ofensiva ao pudor, dentro da Lei de Contravenções Penais, infração de menor poder ofensivo que não comportava a prisão ou a correta dimensão dos atos sexuais praticados.

A discussão desse caso gerou comoção da sociedade, mas principalmente entre movimentos de defesa dos direitos das mulheres diante do teor da decisão do juiz, segundo a qual, *in verbis*:

o crime de estupro tem como núcleo típico constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Na espécie, entendo que não houve o constrangimento, tampouco violência ou grave ameaça, pois a vítima estava sentada em um banco de ônibus quando foi surpreendida pela ejaculação do indiciado (TJSP, 2017).

O juiz qualificou o fato como mera contravenção penal porque não entendeu, a partir do caso concreto, que existiu constrangimento mediante violência, como é o caso do estupro. O episódio colocou em evidência a realidade que muitas mulheres enfrentam em seu cotidiano, inclusive em transportes públicos, gerando a comoção social maximizada, visto as reiteradas condutas em diversas unidades federativas no território nacional. Nesses casos, não havia a

possibilidade de enquadrar essa situação em um tipo penal específico, visto que ou era uma contravenção com a pena branda ou um crime hediondo (estupro).

Quando se fala na classificação de estupro há determinadas exigências do tipo penal para que o crime se configure como tal, logo, quando não há no ato praticado tais requisitos, se considerava, como uma probabilidade, ser importunação ofensiva ao pudor, como no caso em 2014, onde um homem molestou jovem de 19 anos, na padaria do supermercado, mas por não haver forte ameaça, violência, ou ter havido conjunção carnal, a delegada do caso considerou não ser estupro e sim importunação ofensiva ao pudor⁶.

Considerando que as penas devem ser harmônicas à gravidade da infração penal cometida, não tendo cabimento o exagero, nem tampouco a extrema liberalidade na cominação das penas nos tipos penais incriminadores, não teria sentido punir um furto simples com elevada pena privativa de liberdade, como também não seria admissível punir um homicídio qualificado com pena de multa (NUCCI, 2014).

A mobilização social acabou se tornando política e, finalmente, legal, isto é, trouxe a discussão e movimentação no Legislativo, que se voltou a trabalhar para a evolução da norma penal e torná-la mais próxima da realidade vivida pela população e, claro, mais rígida. Sendo assim, em outros termos, a insatisfação social resultou na tipificação de um novo crime, o de importunação sexual, inserido no ordenamento jurídico através da Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018), que incluiu o artigo 215-A no Código Penal (BRASIL, 1940), sancionada pelo Ministro Dias Toffoli, no exercício do cargo de Presidente da República.

Entretanto, há também que se falar que a redação atual trouxe uma lacuna, pois existem diversos fatos que se encaixariam no tipo descrito e causariam alvoroço em juízo. Como por exemplo, o risco para o público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros), que tanto sofrem preconceitos em seu dia a dia, cujos indivíduos poderiam ser tidos violadores daquela regra e ter sua conduta tipificada no crime atual por simples demonstração de afeto com seus parceiros, que podem ser lidos como ofensivos e tipificáveis no citado art. 215-A do CP, quando, em verdade, os praticantes estavam apenas exercendo seus direitos ao carinho e afeto, publicamente, por suas preferências sexuais.

⁶ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/02/suspeito-e-indiciado-por-importunacao-ofensiva-ao-pudor-em-fila-de-supermercado-4978353.html>>

2 A LEI Nº 13.718: IMPACTOS NA DOUTRINA E NO SISTEMA DE JUSTIÇA

A Lei nº 13.718/2018 publicada em razão do anseio de atender o alvoroço popular, após diversos casos de homens ejaculando ou importunando mulheres em todo o território brasileiro. Um pouco antes da sua tipificação, já havia a necessidade que existisse um tipo penal intermediário, visto que o crime de estupro não abarcava todas as ilicitudes libidinosas.

Em decisão, no processo AgRg no REsp nº 1.730.341, no Superior Tribunal de Justiça, a Ministra Laurita Vaz desclassificou um crime de estupro para importunação sexual, visto que de acordo com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (2018a) “o réu abordou a vítima, interceptou sua passagem, e passou a mão em seu seio e cintura. (...) Não obstante a correção da decisão agravada, nesse ínterim, sobreveio a publicação da Lei nº 13.718, de 24 de setembro 2018, no DJU de 25/09/2018, que, entre outras inovações, tipificou o crime de importunação sexual, punindo-o de forma mais branda do que o estupro, na forma de praticar ato libidinoso”, como já descrito o crime fora desclassificado, preenchendo uma coluna também de favorecimento ao réu, visto que em casos que seriam classificados como de estupro, existe a possibilidade para sanção mais moderada, considerando o princípio da lei mais benéfica ao réu. Situações como a relatada podem invisibilizar casos de estupro, sendo capaz de tornar a importunação sexual um viés de escape.

Assim, é necessário entender os posicionamentos doutrinários e da jurisprudência frente à referida lei, a partir de uma análise de decisões, todos tratando de pedidos de desclassificação de crimes de estupro de vulnerável, para o crime de importunação sexual, assim poderemos entender se esta foi um erro ou acerto no processo da elaboração da Lei que trata da importunação sexual.

a. O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NA DOUTRINA

Assim que introduzido no sistema jurídico brasileiro a Lei nº 13.718, de 24 de setembro 2018 (Brasil, 2018), que instituiu a conduta de importunação sexual, tornou-se necessário que se interpretasse a regra tipificadora de forma a identificar possíveis lacunas a futuros casos concretos que poderão vir a acontecer.

O Congresso Nacional, em 2018, procurou explicitar que o delito apenas se configura com a falta de concordância, por parte da vítima, pois se o ato ilícito é de alguma forma autorizado por esta, o ato é considerado como atípico, ou seja, não é tido como crime de importunação sexual. É importante lembrar que, para se considerar como crime de importunação sexual, o agente deverá realizar os atos libidinosos com intenção de satisfazer sua libido ou a de terceiro, que pode se satisfazer mediante apreciação. Assim, nesta condição específica, ambos cometerão a infração (GRECO, 2019).

Segundo Nucci (2019), “durante vários anos, a doutrina nacional sustentou a indispensabilidade de se criar um tipo penal intermediário entre o estupro e a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor” (BRASIL, ano art. 61, Lei das Contravenções Penais). O primeiro é muito grave, com penalidade elevada; a segunda, muito branda, com sanção iníqua. (NUCCI, 2019). Ou seja, desde antes de acontecerem os casos de 2017, em São Paulo, que trouxeram comoção nacional, já se sentia a necessidade de uma nova tipificação penal, visto que essa conduta já estava cotidiana na vida das mulheres, e era preciso abarcar situações que nem o estupro e nem a contravenção englobavam.

Assim, discorre BITTENCOURT (2019), o texto legal utilizou vocábulos como “na presença de alguém” e “sem a sua anuência”, deixando claro que o ofendido, seja qual for o seu gênero, deve estar no mesmo local físico que o agente que realiza o ato libidinoso, e que assista *in loco* e na hora que o ato for praticado.

Segundo Bittencourt, os doutrinadores entenderam que o ato ilícito fora tipificado de forma positiva para a sociedade, onde as mulheres, em sua grande maioria vítimas, se encontravam em humilhação, constrangimento e opressão de atos ilícitos cometidos contra sua própria dignidade em meios de transporte públicos:

nessas circunstâncias, não se pode negar que aquelas ejaculações constrangedoras praticadas – e divulgadas pela mídia – no ano de 2018, nos coletivos paulistas, inclusive no corpo de mulheres, sem que as tenham anuído, tipificam, inegavelmente este crime, porque preenchem todas as elementares constitutivas desta figura penal. A lamentar somente a impossibilidade de retroagir para alcançá-los, pois o Direito Penal só é aplicável a fatos futuros e nunca a passados, posto que antes de sua tipificação não constituíam crimes, devendo-se respeitar o dogma da irretroatividade de norma penal incriminadora (BITTENCOURT, 2019, p. 83).

Entretanto, apesar de uma parte dos doutrinadores entender que o crime de importunação sexual veio de forma positiva a regular situações que já aconteciam concretamente, mas ainda não haviam sido tipificadas, outra parte acredita que:

O delito de importunação sexual pode entrar em conflito aparente de normas com o próprio crime de estupro (art. 213, CP), já que, naquele, também existe a possibilidade de perfazimento do crime com a prática de ato libidinoso, não só a conjunção carnal, desde que haja dissenso da vítima. Contudo, a discordância da vítima no crime de estupro emerge superada pelo emprego de violência ou grave ameaça, e na importunação sexual basta o seu dissenso, seu não consentimento (PRADO, 2019, p. 563).

Assim sendo, a própria doutrina vem preenchendo a lacuna com interpretações da lei descrita, segundo Prado (2019), se caracteriza o crime de importunação sexual quando o ato é praticado em qualquer situação de discordância da vítima, não haja emprego de violência, grave ameaça ou situações em que a vulnerabilidade da vítima seja aproveitada de forma ilícita, pois neste caso, em específico pode se configurar o estupro de vulnerável (PRADO, 2019, p.562).

O que a doutrina tem entendido, portanto, é que deve ser considerada a tipicidade subjetiva que vem consubstanciada pelo dolo, ou seja, é a consciência de quem pratica o ato e a intenção em realizar o ato libidinoso sem o consentimento da vítima. Contudo, é necessário que se comprove que este agente possui vontade de realizar tal ato sem que a vítima tenha consciência, ou não tenha anuído para a realização da prática libidinosa.

b. A INTERPRETAÇÃO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL À LUZ DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

A finalidade neste capítulo tem por objetivo a abordagem jurisprudencial do crime de importunação sexual. A maior parte da jurisprudência tem atuado de forma a não desclassificar o crime de estupro, ou até mesmo estupro de vulnerável, para o crime de importunação sexual. Nos casos a seguir colhidos, serão demonstrados como o princípio da proporcionalidade age em relação a conduta praticada pelo agente e a pena cominada para cada caso concreto.

Neste ponto analisaremos decisões de vários tribunais, para que possamos entender o se existe constância ou não dos Tribunais com entendimentos de Tribunais Superiores, como o Superior Tribunal de Justiça.

Iniciaremos esta análise a partir do entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), publicizado no seu informativo de jurisprudência (n. 394), a fim de que se possa entender melhor como a jurisprudência tem aplicado a sanção do crime de importunação sexual frente ao caso concreto:

a conduta de passar a mão no corpo da vítima por cima das vestes, sem a manipulação direta dos órgãos sexuais ou o contato entre os genitais, configura o crime de importunação sexual. O réu apelou de sentença que o condenou pela prática de estupro de vulnerável (artigo 217-A, caput, c/c artigo 61, inciso II, alíneas “f” e “h”, ambos do Código Penal). Nas razões, pugnou pela absolvição ou pela desclassificação da conduta para a infração penal do artigo 65 da Lei de Contravenções Penais (molestar ou perturbar a tranquilidade de alguém). Ao apreciar o recurso, os Desembargadores destacaram que a Lei 13.718/2018 criou o delito de importunação sexual, previsto no artigo 215-A do Código Penal, o qual prevê a conduta de “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Esclareceram que a intenção do legislador, quando instituiu o novo tipo penal, foi a de punir os crimes sexuais conforme a gravidade das condutas, as quais podem ir desde a mera importunação até a prática de ato libidinoso com penetração, mediante violência ou grave ameaça. **Os Julgadores asseveraram que o ato de passar a mão no corpo da vítima por cima das vestes, sem a manipulação direta dos órgãos sexuais ou o contato entre os genitais, amolda-se ao tipo do artigo 215-A do CP (TJDFT, 2019a).**

A importunação, consiste em praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, portanto, em caso de estupro de vulnerável (BRASIL, 2009), é importante se atentar para o fato de que, sendo a vítima vulnerável, ou seja, menor de 14 anos, afasta-se imediatamente a possibilidade de aplicabilidade e de regressão para a importunação sexual. Assim, o TJDFT mantém a mesma posição do Superior Tribunal de Justiça, como podemos aferir no julgado abaixo, que foi um dos primeiros julgados do Tribunal a respeito do tema de importunação sexual, após a tipificação do crime:

RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO PELA DEFESA CONTRA DECISÃO DO JUIZ DAS EXECUÇÕES PENAIS. CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ATO LIBIDINOSO DIVERSO DA CONJUNÇÃO CARNAL. VÍTIMA MENOR DE QUATORZE ANOS. TIPIFICAÇÃO DO DELITO DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL PELA LEI N. 13.718/2018. PEDIDO DE RETROATIVIDADE POR SER MAIS BENÉFICA. VULNERABILIDADE DA VÍTIMA. INAPLICABILIDADE DA LEI NOVA. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.718, de 24 de setembro 2018, que alterou o Título VI do Capítulo I da Parte Geral do Código Penal, que versa sobre os crimes contra a liberdade sexual e tipificou o delito de importunação sexual (artigo 215-A, do Código Penal), não se aplica ao delito de estupro de vulnerável, descrito no Capítulo II, que trata dos crimes sexuais contra vulnerável, em face do princípio da especialidade. **Entendimento do Superior Tribunal de Justiça.** 2. Recurso conhecido e não provido para manter a decisão que indeferiu a aplicação retroativa da Lei nº 13.718/2018 e manteve a tipificação do delito de estupro de vulnerável praticado pelo agravante (TJDFT, 2020b).

Para melhor entendimento, em Agravo de Execução Penal n. 0739728-40.2020.8.07.0000, do ano de 2020, que teve como Relator o Desembargador Jair Soares, citou em seu voto no Acórdão 1294639:

A matéria objeto do recurso – desclassificação da conduta para infração penal menos grave -- contravenção do art. 61 ou do art. 65, ambos da LCP --, foi apreciada na APR 2015.06.1.000187-5. Os fundamentos outrora utilizados para se desclassificar o crime de estupro para contravenção penal são os mesmos para negar o pedido de desclassificação para o novo crime do art. 215-A do CP.

O novo tipo penal do art. 215-A do CP (importunação sexual) é idêntico aquele tipificado no anterior art. 61 da LCP (importunação ofensiva ao pudor), sendo hipótese de continuidade normativo-típica e não revogação, ou mesmo aplicação de lei mais benéfica. Sendo o caso, portanto, de enquadramento legal da conduta praticada pelo agravante, devidamente examinada na ação penal, adequada a decisão do juiz da execução que não reexaminou o pedido. Esclareça-se, de todo modo, que o acórdão está em conformidade com o entendimento do c. STF e do e. STJ sobre o tema (TJDFT, 2020c).

Dessa forma, já é possível denotar que o Tribunal em referência optou por ter entendimento parecido, sendo subordinado às decisões que já constam no STJ e no Supremo Tribunal Federal, a respeito do crime de importunação sexual. Contudo, o Desembargador dispõe “o novo tipo penal do art. 215-A do CP (importunação sexual) é idêntico aquele tipificado no anterior art. 61 da LCP (importunação ofensiva ao pudor)” (citação), a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor não é idêntica ao novo tipo penal, visto que, assim que o crime de importunação sexual fora disposto no Código Penal, o mesmo incorporou a tutela do bem jurídico da dignidade sexual, ganhando notoriamente mais expressão no mundo jurídico, o que antes não havia, visto que era necessário um tipo penal intermediário entre a contravenção e o crime de estupro, pois nenhum dos dois abarcava plenamente o que o crime de importunação sexual engloba.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, considerado pelo CNJ (2019) como um dos cinco maiores tribunais estaduais que concentram 64% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 51% da população brasileira, sendo este Tribunal, no ano de 2018, o único com mais de 20 milhões de casos pendentes e mais de 5 milhões de casos novos⁷. Dessa forma, possui divergências no que cerne à jurisprudência do mesmo, visto que há diversas solicitações de desclassificação do crime de estupro, ou estupro de vulnerável, para a tipificação ao crime de importunação sexual, como se verifica até em ações revisionais, segue:

⁷ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf>

Revisão criminal – Peticionário condenado pela prática do crime de estupro de vulnerável – **Pedido de desclassificação para o crime do artigo 215-A do Código Penal**, com o consequente redimensionamento das penas – Revisão Criminal, fundada no inciso I do artigo 621 do Código de Processo Penal, que somente é cabível para reformar decisão que contenha flagrante erro judiciário, não possuindo a natureza de uma segunda apelação ou 'terceira instância' de julgamento – Decisão que não se revela contrária a texto de lei ou à prova dos autos – Ação revisional julgada improcedente. (TJSP; Revisão Criminal 2172337-63.2020.8.26.0000; Relator (a): Otavio Rocha; Órgão Julgador: 4º Grupo de Direito Criminal; Foro de Poá - 1ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 06/03/2021; Data de Registro: 06/03/2021). (Grifou-se). (citação)

No que se refere à desclassificação de estupro de vulnerável, para o crime de importunação sexual, o Relator Lauro Mens de Mello da 6ª Câmara de Direito Criminal, considera:

“A defesa pede a desclassificação do delito para aquele previsto no artigo 215-A do Código Penal. Não se trata de simples importunação da vítima, por ato meramente reprovável ou impertinente. Os atos praticados pelo réu passadas de mãos nas partes íntimas e chupar os seios. Tais condutas, jamais, poderão ser consideradas como mera importunação sexual. Trata-se de atos libidinosos que quando praticado contra vulnerável é sempre crime de estupro. Além disso houve conjunção carnal, atestado inclusive por laudo médico. Logo não há que se falar em desclassificação da conduta do acusado para o delito do art. 215- A do Código Penal, tendo em vista a vulnerabilidade presumida da ofendida.” (TJSP; Apelação Criminal 1500406-78.2020.8.26.0540; Relator (a): Lauro Mens de Mello; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Santo André - Anexo de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santo André; Data do Julgamento: 02/03/2021; Data de Registro: 02/03/2021). (citação)

Entretanto, nos autos da Apelação Criminal nº 0005837-38.2017.8.26.0132, do TJSP, da 10ª Câmara de Direito Criminal, o Relator Nelson Fonseca Junior permite a desclassificação do estupro de vulnerável, para a importunação sexual, pelo ato de masturbação em uma criança de 9 anos:

“(…) no presente caso, à luz do princípio da proporcionalidade, entendo que a conduta do réu mais se amolda ao crime de importunação sexual, na medida em que praticou ato libidinoso contra a vítima com o objetivo de satisfazer a própria lascívia (o réu masturbou-a durante o banho). Por isso mesmo, reputo inviável a pretendida desclassificação para o artigo 65 da Lei das Contravenções Penais, pois este prevê a conduta daquele que, tão somente, molesta alguém ou lhe perturba a tranquilidade, por acinte ou motivo reprovável, não se subsumindo evidentemente o ato de masturbar outrem. O crime se consumou com a efetiva prática do ato libidinoso, não se podendo falar em desclassificação para a forma tentada, como alternativamente pleiteado nas razões recursais. Nesses termos, a melhor solução é a desclassificação da conduta perpetrada pelo réu para o ilícito de importunação

sexual (artigo 215-A do Código Penal). Com essa conclusão, passa-se ao redimensionamento da pena.” (Data do Julgamento: 18/03/2021; Data de Registro: 19/03/2021). (citação)

O caso concreto acima demonstra que, apesar da importunação vir como forma de proteção sexual, esta também tem sido usada como forma de beneficiar ao réu, o que difere do objetivo da própria criação, que seria proteger as vítimas importunadas. O próprio Tribunal de Justiça de São Paulo tem entendimentos divergentes sobre a desclassificação de estupro de vulnerável, para a importunação sexual. Conforme visto acima, em momentos se adota que “em atos libidinosos praticados contra vulnerável, é sempre crime de estupro”, em outros se adota a desclassificação, indo contra até mesmo entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, que será demonstrado posteriormente. Em sua grande maioria, os casos são de desclassificação dos crimes já citados. Contudo, há decisão em que se pede a desclassificação de importunação sexual, para a contravenção penal de Molestação, prevista no art. 65 da Lei de Contravenções Penais. Entretanto, é considerada a impossibilidade de desclassificação da conduta.

APELAÇÃO CRIMINAL – IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (art. 215-A do CP) – Ministério Público pretende elevação da reprimenda – Defesa **requer a desclassificação para a contravenção penal prevista no art. 65 da LCP – Inadmissibilidade de ambos os recursos** – Pena adequadamente fixada, não havendo fundamentação idônea que permita a majoração – Condutas que se adequam ao previsto no art. 215-A do CP – Incabível a desclassificação esperada pela defesa – Condenação mantida na íntegra – Regime inicial fechado adequado ao caso concreto, considerando a multireincidência, os maus antecedentes e a personalidade do réu – Continuidade delitiva corretamente reconhecida e pena elevada na fração recomendada pelo Superior Tribunal de Justiça (1/6) – Sentença mantida na íntegra. Recursos desprovidos. (TJSP; Apelação Criminal 1505050-30.2020.8.26.0228; Relator (a): Camilo Léllis; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 22ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 05/03/2021; Data de Registro: 05/03/2021) (citação)

No Superior Tribunal de Justiça se observa certa constância com relação aos julgados no que cerne à importunação sexual, repetidas vezes o STJ optou pelo descabimento da desclassificação do estupro de vulnerável (JORGE ; GENTIL, 2019), para a importunação sexual, analisemos abaixo:

“A Lei n. 13.718, de 24/9/2018, entre outras inovações, tipificou o crime de importunação sexual, punindo-o de forma mais branda do que o estupro, na forma de praticar ato libidinoso, sem violência ou grave ameaça. [...] Contudo, esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento no sentido de que a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso configura o crime previsto no art. 217-A do Código Penal, independentemente de violência ou grave ameaça, bem como de eventual consentimento da vítima. Precedentes”. (AgRg no AREsp n. 1.361.865/MG, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe

1º/3/2019). 7. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg nos REsp Nº 1.845.858 – PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2020, DJe 09/09/2020). (citação)

“O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do HC 134.591/SP, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, no qual o Ministro Luís Roberto Barroso, em voto-vista, se manifestou no sentido da possibilidade de se desclassificar a conduta do art. 217-A para a do art. 215-A, ambos do CP. Consignou que o problema real é que na prática como o tipo do art. do 217-A não distingue condutas mais ou menos invasivas, com frequência, como aconteceu aqui, os juízes desclassificavam. Portanto, o meio caminho talvez seja uma solução melhor que um dos dois extremos. Além do que, com todo respeito, acho que um réu primário de bons antecedentes que deu um beijo lascivo numa criança, gravíssimo, não merece oito anos de cadeia, que é uma pena superior a um homicídio. Nesse encadeamento de ideias, ressalvo meu ponto de vista quanto à possibilidade de desclassificação do tipo penal do art. 217-A para o do art. 215-A, ambos do CP, porém fica mantido o entendimento de ambas as Turmas do STJ, no sentido da impossibilidade de desclassificação, quando se tratar de vítima menor de 14 anos, em razão do argumento central de presunção de violência. Ressalva, no ponto, do entendimento do Relator em sentido diverso. Prevalência da interpretação colegiada do STJ. 8. Quanto ao pedido de suspensão da condenação proferida nos presentes autos, até que seja julgado o HC 134.591/STF, destaco que o presente recurso já se encontra devidamente examinado e julgado, de acordo com o entendimento predominante no STJ. Ademais, o julgamento do referido mandamus, embora possa orientar os demais órgãos do judiciário, não terá efeito vinculante. Dessarte, não há se falar em suspensão. Acaso o recorrente pretenda se beneficiar de eventual alteração jurisprudencial, na linha do julgamento que está sendo realizado no STF, deve requerer diretamente naquela Corte. 9. Agravo regimental a que se nega provimento”. (AgRg nos EDcl Nº 1.815.128 – RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

No Superior Tribunal de Justiça, os Ministros da Quinta e Sexta Turma têm externado a compreensão de que não há possibilidade para a desclassificação de estupro de vulnerável para importunação sexual. Um menor de 14 anos não possui, ainda, o discernimento sobre consentimento, para anuir ou não com atos libidinosos diferentes da conjunção carnal e acabam gerando uma suposta violência que descaracteriza o crime, se mantendo o estupro de vulnerável.

Quanto ao Supremo Tribunal Federal, apesar de não haver muitos julgados a respeito no período de 2018 até 2021 (apenas 9 acórdãos)⁸, visto que o crime é novo no ordenamento jurídico, a situação é similar a dos processos citados. Assim que a conduta foi tipificada, a primeira ação dos réus foi de solicitar a revisão criminal, como pode ser visto abaixo:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DO ART. 215-A DO CP. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO DECISUM. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A inexistência de argumentação apta a infirmar o julgamento monocrático conduz à manutenção da decisão recorrida. 2. As instâncias ordinárias, soberanas quanto à matéria fático-probatória, **concluíram que a conduta praticada pelo paciente amolda-se ao tipo de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal)**, cuja previsão legal engloba tanto a prática de conjunção carnal quanto atos libidinosos com vítima menor de catorze anos. 3. Em se tratando de ato libidinoso praticado **contra criança de dez anos de idade, incabível a desclassificação para o crime de importunação sexual (art. 215-A do CP)**. Precedentes. 4. Agravo regimental não provido. Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 24.4.2020 a 30.4.2020. (STF, 2020a).

É possível denotar que o STF mantém o entendimento de que, em casos de estupro de vulnerável não cabe a desclassificação para o crime de importunação, visto a idade da vítima e sua falta de discernimento. Assim:

“sanada a lacuna legislativa, a tarefa do intérprete passou a ser a de ajustar e harmonizar os entendimentos sobre a classificação das ações repreensíveis, futuras e em alguns casos pretéritas, entre os tipos penais pré-existentes e o novo, de gravidade intermediária” (JORGE, Ana Paula; GENTIL, Plínio Antônio Britto, 2019, p. 31-43).

Demonstra-se a importância do posicionamento do STF, pois este sendo o órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais e tendo como objetivo guardar a Constituição Brasileira, firma o posicionamento em uma das direções que a jurisprudência pode tomar, no que cerne aos julgamentos de importunação sexual no país. Marcial, Robert e Séguin (1999) acreditam que as leis consideradas benignas às vezes, na prática, não se revertem em benefício da mulher. A legislação, cujos preceitos são conservadores não acompanharam a evolução do papel da mulher na sociedade e muitas vezes prejudica seu papel no mercado de trabalho.

⁸Disponível em:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=importunacao%20sexual&sort=_score&sortBy=desc>

3 DIMENSÕES DE RAÇA E CLASSE PARA A CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Antes mesmo que se chegue a fundo sobre as vítimas da importunação sexual, é preciso ressaltar outros aspectos, como a Criminologia, que “estuda o criminoso, o crime, a vítima, os controles sociais formais e informais que atuam na sociedade, bem como a forma de prevenção da criminalidade” (GONZAGA, 2020).

Segundo Gonzaga (2020), o desenvolvimento capitalista determinou, entre outras situações, o funcionamento seletivo do sistema de justiça criminal. Atualmente, após a sanção da importunação sexual, vemos de forma prática as etapas primária e secundária do processo de criminalização. A etapa primária consiste no sancionamento da Lei, que foi o que ocorreu com a Lei nº 13.718/2018, sancionada após diversos casos ocorrerem no território nacional como apresentado anteriormente. Quando se sanciona uma Lei não é possível prever o que acontecerá em seguida, isto é, as pessoas que serão atingidas por essa nova norma. Apenas existe uma perspectiva, no caso da importunação, apenas poderia se prever pelos casos que já aconteciam em território nacional. Já a etapa secundária é a sanção que ocorre com pessoas reais, em casos concretos, que leva a condenação, prisão e investigação, assim como os casos concretos já julgados e demonstrados acima.

Em um contexto geral, Gonzaga (2020) conclui que o sistema de justiça criminal (SJC) não possui completa eficácia no que tange às mulheres em sua proteção, principalmente na questão da violência, bem como também não protege os direitos das vítimas, dificultando o entendimento da própria violência sofrida. Assim, as vítimas se veem em uma sociedade repleta de desigualdades, em que os infratores exercem uma posição de poder sobre as vítimas, principalmente quando as importunam, seja em transportes públicos, em eventos como nas festas de carnaval ou em eventos e baladas, levando-as à duplicidade de sua violência: primeiro no sentido da importunação e segundo quando entram no sistema de justiça criminal e se veem discriminadas, sem acolhimento, sem proteção e até mesmo nas relações sociais, como a desigualdade de classe e gênero. O autor ainda afirma que: “a passagem da vítima mulher pelo controle social formal, acionado pelo sistema de justiça criminal, implica reviver toda uma cultura de discriminação, de humilhação e de estereotipia” (ibid., p. 64).

Contrariamente ao que se espera, atualmente ainda não existe uma solução científica para todas as situações e comportamentos, no que cerne ao criminal, o que se tornaria um

problema para a criminologia crítica em particular, visto que, esta trabalha diretamente com situações que cerceiam o comportamento das pessoas.

E quando falamos em violência e violação de direitos, a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, já trouxe para a pauta que a violência contra a mulher traz uma barreira à igualdade, ao desenvolvimento e até mesmo a paz. E, ainda, infringe e atrapalha o usufruto dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Bem como a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 1993, em Viena, no artigo 18 de sua declaração, afirmou que os direitos de mulheres e meninas são intransferíveis, sendo pedaço fundamental aos direitos humanos universais, incompatível com qualquer violência à dignidade da pessoa humana.⁹

Quando falamos de comportamento, a importunação sexual já era assunto antes mesmo de se tornar o que é, quando ainda era importunação ofensiva ao pudor. A organização não governamental, Think Olga, deu início em 2013 a uma campanha chamada “*Chega de Fiu Fiu*”, que apontou que 81% das mulheres já deixaram de sair na rua com medo de sofrerem algum tipo de assédio. Ou seja, antes mesmo do crime de importunação existir, no meio social já se sentia a necessidade da proteção da dignidade sexual. Já existiam situações de constrangimento que as mulheres sofriam diariamente, que nesta situação em específico, tem seu direito à cidade invadido e muitas vezes negado, impedindo sua adequação na sociedade, sua possibilidade de realizar trajetos para realizar atividades, seja de cunho profissional, ou seja de cunho pessoal.

Para que a mulher se adeque às possibilidades da sociedade, o início de sua locomoção é no transporte público. Dessa forma, um estudo publicado em dezembro de 2016 pela organização ActionAid (“Liberdade de locomoção”), expõe a necessidade de um transporte público sensível a gênero, que em sua tangibilidade possua mais qualidade e infraestrutura, visto que, as mulheres demandam muito tempo apenas no trânsito, retidas nos tráfegos das cidades, o que além de expor as mesmas à situações de violência e vulnerabilidade, reduz sua disponibilidade no que diz respeito a oportunidades econômicas e até mesmo atividades de lazer. A realidade são mulheres que se veem obrigadas, pelo contexto social, a recusarem empregos, a fim de que possa estar perto de sua residência e cumprir sua carga desigual de trabalho doméstico não remunerado. Assim, se colocam em situações onde optam por empregos com baixa remuneração, e até em rendas informais que possam ser desenvolvidas dentro de sua residência.

⁹Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz06039810.htm>>

às mulheres estava reservada tão somente a conjuntura doméstica, a do privado. Consequentemente, reforçou-se, sobremaneira, a polarização público-privada. É possível constatar que a separação entre as esferas pública e privada acarretou, propositadamente, uma divisão sexual das tarefas. Como corolário, foram, de modo clarividente, dispostas as funções, papéis e espaços: aos homens, a esfera pública, cujo papel principal é a política; às mulheres, a esfera privada, tendo como atribuição fundamental o cuidado com a casa e a prole" (STREY; CÚNICO, 2019, p.30).

As mulheres enfrentam diversas desigualdades e iniquidades ao exercerem atividades básicas, como o direito de ir e vir, o direito à cidade, até mesmo o direito em ser, visto que, por conta do patriarcado e toda sua conjuntura social, a mulher fora reduzida a papéis apenas relacionados ao âmbito privado: casa, filhos e a proporcionar felicidade a seus parceiros, ficando estas à margem das permissões adquiridas em meio social. Atualmente, ainda após muita luta, as mulheres ainda se veem passando por situações humilhantes, de completa vulnerabilidade, não podendo viver como desejam, apenas para suprir as opressões sociais.

Quando falamos de mulheres, é preciso falar também sobre as desigualdades entre as mulheres, que mesmo em sua grande maioria sofrendo abuso do seu direito à cidade, algumas se encontram em situações mais degradantes que outras, simplesmente por sua cor. RIBEIRO (2018) afirma que:

“As mulheres negras ainda serem a maioria das empregadas domésticas e estarem na base da pirâmide social. A pessoa achar que machismo não existe não muda o fato de que a cada cinco minutos uma mulher é agredida no Brasil segundo o mesmo Mapa da Violência. São mulheres sendo mortas pelo simples fato de serem mulheres” (RIBEIRO, 2018, p. ?).

Marlene Neves Strey e Sabrina Cúnico (2019) trazem também a reflexão sobre o assunto:

Fica evidente, então, uma diferença importante no interior do coletivo feminista, pois as mulheres negras trazem como demandas prioritárias uma articulação de temáticas que excedem as opressões produzidas pelo sistema sexo/gênero. Seu foco de lutas sempre foi mais amplo, pois suas vidas carregam o peso da exploração econômica e da dominação simbólica que historicamente desumanizou, inferiorizou e continua vitimando a população negra. (STREY; CÚNICO, 2019, p.85).

No século que estamos existe, ainda, tantas diferenças culturais por conta da cor das pessoas, e é preciso reconhecer que mesmo nos dias de hoje ainda persiste o racismo. Mas a realidade é diferente daquilo que se espera, a mulher negra é discriminada por quem ela é, pelo que trabalha, pelo que é, pelo que veste, pelo que trabalha e até pelas oportunidades que possui em meio à sociedade. Gonzales (1984) afirma que a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira,

faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALES, 1984, p. 226). A discriminação social se percebe nas diferenças e nos coloca na discussão sobre as interações entre gênero, raça e classe. Continua ainda: “Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha” (ibid., p. 226).

c. Quem são as mulheres importunadas?

A partir de estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2018, uma mulher foi morta a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas considerando que as mulheres estão sempre em evidência no que se trata de crimes sexuais. Se para crimes mais graves, como o homicídio a quantidade de mulheres é preponderante, é possível mensurar quantas mulheres são importunadas por dia e ainda não procuraram os meios de assegurar a proteção de seus direitos. O direito de ir e vir não é o mesmo para todos no território nacional, as mulheres sentem esse direito ameaçado todos os dias, ao se direcionarem para o trabalho, por saírem de casa, por terem que pegar um ônibus para fazer qualquer coisa que queira. Além do já exposto, em pesquisa do IBGE (2021), no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram em afazeres domésticos e cuidados de pessoas quase o dobro do tempo que os homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais.¹⁰

A importunação sexual, como já dito anteriormente, abarca em sua maioria mulheres. De acordo com a organização Think Olga (2018), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018) apontou que em termos numéricos, a população brasileira é composta por 51,7% de mulheres. E, ainda, de acordo com o estudo da Think Olga (2018), as mulheres negras representam o maior grupo populacional do país, em torno de 60 milhões de pessoas, ou seja, 28% do total de pessoas no território nacional. Ainda citando a pesquisa do IBGE (2021) as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas.

¹⁰ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>>

Além das mulheres já estarem em situação de desigualdade em relação aos homens, as mulheres negras ficam submetidas a salários ainda mais baixos, e situações mais degradantes, com uma taxa de desemprego na ordem de 16,6%, ainda de acordo com o estudo realizado pela Think Olga (2018). As discriminações de gênero e raça no âmbito da vida das mulheres, tanto no particular, como no âmbito público, como no espaço profissional, persistem por toda a vida, e, como forma de estar sensível a questões de gênero, o Direito, que possui caráter universal e coercitivo, sancionou a Lei nº 13.718/2018 para proteger a questão da dignidade sexual, que abarca não apenas esse âmbito, mas também para contribuir na adequação das mulheres, ao sentimento de maior segurança e, principalmente, a conquista de igualdade de condições. Sendo assim, o Direito age também, fornecendo a legitimação jurídica que possibilita as transformações sociais.

O Instituto de Segurança Pública (ISP), vinculado ao estado do Rio de Janeiro, traçou o perfil das vítimas de importunação sexual, no ano de 2019, conseguiu traçar pela primeira vez o perfil das vítimas de importunação sexual:

Metade se declara branca, 34%, pardas e 14%, negras. Nesse universo, 43% têm entre 18 e 29 anos e a maioria não conhecia o algoz [...] o que diferencia a importunação do assédio sexual, em que o autor se vale de uma posição de superioridade em relação à vítima para praticar a violência. [...] Em 2019, 1.154 mulheres registraram queixas por importunação sexual. Quase 50% dos crimes aconteceram em dias de semana e fora da residência. Geralmente, dizem os especialistas, ocorrem no transporte público, na ida e volta do trabalho (CAPOBIANCO, 2020).

Como se observa, os números são altos, e geram uma sensação de que os autores deste tipo penal ficam impunes e as vítimas à mercê. Deste modo, surge a necessidade de acolhimento dessas vítimas, de forma a evitar futuras sequelas emocionais e físicas que as impeçam, ainda mais, de exercerem seus direitos,

d. Como o sistema de justiça pode colaborar para a redução / superação da importunação sexual?

Sabe-se que os atos de discriminação contra as mulheres (que são em sua grande maioria as vítimas da importunação sexual), permanecem e recorrem por todo o território nacional, estando a mulher inserida em uma sociedade que a reprime e a impede de exercer seus direitos individuais e dignos da pessoa humana, acarretando uma série de consequências e sequelas que permanecem dificultando o exercício do direito. Sendo assim, é necessária a busca por mecanismos que tragam uma resolução imediata aos crimes de natureza sexual, exatamente

para proteger o bem jurídico da dignidade e liberdade sexual. Assim entra o sistema de justiça criminal:

O sistema de justiça criminal promete, proteger bens jurídicos que interessam igualmente a todos os cidadãos, através do combate eficaz à criminalidade (considerada o “mal”), através das funções da pena. Funções estas que são uma combinatória de retribuição, ou castigo, com a prevenção geral (intimidação erga omnes pela ameaça da pena cominada em abstrato na lei penal) e a prevenção especial (reabilitação in persona através da execução penal) a ser aplicada dentro dos mais rigorosos princípios penais e processuais penais liberais (legalidade, igualdade jurídica, devido processo etc.) GONZAGA (2007, p.65)

Portanto, o sistema de justiça criminal ao visar a proteção de bens jurídicos coletivos, em muitos casos, o sistema criminal duplica a violência exercida à vítima, primeiramente a partir do que a vítima passou ao ser importunada, e de forma secundária ao ter acesso ao sistema de justiça, visando a proteção de seus direitos e dignidade como pessoa e como mulheres. Sabe-se que existem vertentes discriminatórias de gênero presentes em todos os âmbitos da sociedade enraizados na cultura e na consciência dos indivíduos. Contudo, para que haja a atuação eficiente do sistema de justiça criminal, bem como da sociedade, é preciso superar a estrutura de dominação masculina e refletir acerca dos valores e de políticas de sensibilização de gênero, de forma a tutelar os direitos das vítimas à importunação sexual.

Marcial, Robert e Séguin (1999) consideram que “a legislação de um país reflete o modo de viver e pensar de sua sociedade, donde concluímos que é da mudança de posicionamento feminino diante das questões que lhes dizem respeito, que emergirão leis que serão realmente relevantes e protetoras de seus interesses”.

Devendo, portanto, os Estados assumirem posturas a fim de suprimir qualquer discriminação contra a mulher, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW 1979 dispõe:

“Os Estados-parte têm o dever de eliminar a discriminação contra a mulher através da adoção de medidas legais, políticas e programáticas. Essas obrigações se aplicam a todas as esferas da vida, a questões relacionadas ao casamento e às relações familiares e incluem o dever de promover todas as medidas apropriadas no sentido de eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado. Entretanto, a simples enunciação formal dos direitos das mulheres não lhes confere automaticamente a efetivação de seu exercício. Este depende de ações dos três poderes: do Legislativo, na adequação da legislação nacional aos parâmetros igualitários internacionais; do Executivo, na elaboração de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres; e, por fim, do Judiciário, na proteção dos direitos das mulheres e no uso de convenções

internacionais de proteção aos direitos humanos para fundamentar suas decisões”. PIMENTEL (1979, p. 03)

Assim, demonstra-se que apenas com a união de todos os âmbitos reconhecendo e priorizando o pleno alcance de igualdade para as mulheres é essencial para a realização de um país com desenvolvimento completo.

CONCLUSÃO

A importunação sexual, resultado de clamor social, após casos de homens ejaculando em mulheres em transportes públicos em todo o território nacional, gerou a necessidade de um tipo penal intermediário que abarcasse os casos concretos já existentes no país, visto que a importunação ofensiva ao pudor já não trazia resultados práticos positivos, seja de forma preventiva, seja como forma de repressão. Desta forma, o processo legislativo sancionou a Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.

Contudo, após o sancionamento, o tipo penal permanece trazendo desafios ao meio jurídico, como com o princípio da lei mais benéfica ao réu, que leva a possíveis desclassificações de estupro para o tipo penal em destaque neste trabalho, o que poderá levar a casos em que a importunação servirá como subterfúgio para diminuição de penas mais graves. A jurisprudência vem aos poucos pacificando seus entendimentos, bem como o STJ que já pacificou a questão da impossibilidade da desclassificação de estupro de vulnerável, pela questão da idade da vítima, não havendo qualquer brecha legislativa para desabono do ato ilícito, o que gera uma vitória para as vítimas de crimes sexuais.

É necessário que a sociedade e os entes públicos promovam formas de políticas públicas sensíveis a gênero, de forma a minimizar os danos que mulheres, principalmente mulheres negras que já sofrem com seus direitos invadidos diariamente, a terem uma vida com oportunidades igualitárias e proteção adequada de seus direitos individuais, principalmente a liberdade e dignidade sexual. A fim de que possam ir e vir, sem medo, tendo direito à cidade preservado e possam desfrutar de qualquer oportunidade que almejem.

A partir disto, entende-se que a criação da lei objeto desse trabalho veio de clamor social, tal como trouxe o diálogo à sociedade, demonstrando que o Código Penal vem se adaptando às situações do cotidiano para aumentar a segurança do bem jurídico e a dignidade sexual de todo cidadão, mas essencialmente das mulheres. Contudo ainda há um grande caminho a ser percorrido para que a importunação sexual tenha entendimento pacificado nos tribunais pátrios e o direito em sua amplitude das vítimas seja preservado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania**. Revista do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v. 18 n. 35, 1997.

ANDRADE, Camila Damasceno de. **Por uma criminologia crítica feminista**. Revista Espaço Acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ARCOVERDE, Léo; PERRONI, Adriana. **Estado de SP registra 10 casos por dia de importunação ofensiva ao pudor**. GLOBO NEWS, São Paulo, 25 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/09/25/estado-de-sp-registra-10-casos-por-dia-de-importunacao-ofensiva-ao-pudor.ghtml>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

BARATTA, Alessandro; STRECK, Lênio Luiz; ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Criminologia e Feminismo** – Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo. Fatos e Mitos, v. 1. Difusão Européia do Livro, 4ª ed., 1970**.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, 4** – 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial 4** – 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. **30 milhões de brasileiras já podem ter sido vítimas de violência sexual**, 06 de julho de 2016 – Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/pesquisa-capta-naturalizacao-da-violencia-sexual/>>. Acesso em 01/10/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** – 1988 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 03/10/2018

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940** – 1940 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em 01/10/2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.657, de 04 de setembro de 1942**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018** – 2018 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm> - Acesso em 01/10/2018

BRASIL. **LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009** – 2018 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm> - Acesso em 01/10/2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PROJETO DE LEI N.º 8.471, DE 2017** – 2018 – Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7372B6807DA>

[9750891F09589FDDC263C.proposicoesWeb/externo?codteor=1602487&filename=Avulso+-PL+8471/2017](https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/externo?codteor=1602487&filename=Avulso+-PL+8471/2017)>. Acesso em 25/11/2018

CAPOBIANCO, Marcela. **A cada dia, três mulheres sofrem importunação sexual no Rio de Janeiro**. Veja. Veja Rio. Rio de Janeiro. 15 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/a-cada-dia-tres-mulheres-sofrem-importunacao-sexual-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário** - 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário, linguagem e método** – 2ª edição. São Paulo: Noeses, 2008.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. **Curso de teoria geral do direito: o construtivismo lógico-semântico**. São Paulo: Noeses, 2009.

CEDAW, **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher** – Cedaw, 1979. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em: 05 de março de 2021

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana. **Texto para Discussão (TD) 2313 : Estupro no Brasil : vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7973>>. Acesso em: 21 de março de 2021.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisa. **Termômetro Paulistano - assédio sexual contra as mulheres**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/14/termometro-paulistano-assedio-sexual.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Importunação sexual vira crime, com pena de até 5 anos** – 2018 - Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/importunacao-sexual-vira-crime-com-pena-de-ate-5-anos.html>>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estupro e direitos humanos** – 1998 – Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06039810.htm>>. Acesso em 04 de abril de 2021

GONZAGA, Cristiano. **Manual de Criminologia**, 2ª Ed., São Paulo, Saraiva Educação, 2020.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-artigo/>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020. GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

ISP DADOS. **Dossiê Mulher**. Instituto de Segurança Pública. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/Mulher.html>>. Acesso em: 21 de março de 2021.

MELLO E SOUZA, Cecília; ADESSE, Leila. **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista: novos paradigmas**. Saraiva, 2 ed. São Paulo, 2017.

MENDONÇA, Renata. O que o caso do homem que ejaculou em mulher no ônibus diz sobre a lei brasileira? **BBC NEWS**, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41115869>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

MIGALHAS. **Importunação sexual e divulgação de vídeo de sexo ou nudez tornam-se crimes** – 2018 - Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI288060,11049-Importunacao+sexual+e+divulgacao+de+video+de+sexo+ou+nudez+tornamse>>. Acesso em 01/10/2018

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado** - 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal** - 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal: Parte Especial** - 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro: Parte Especial, volume 3** - 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição** – 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Companhia das Letras. 1a ed. São Paulo, 2018. ISBN: 978-85-359-3113-6. 1.

SOUZA, Eros de. BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Illinois State University, Estados Unidos da América. 2000.

STREY, Marlene Neves; CÚNICO, Sabrina Daiana (org). **Teorias de gênero: feminismos e transgressão**. Ed. EdiPURCS. Porto Alegre, 2019.

SUDÁRIO, Sandra; ALMEIDA, Paulo César de; JORGE, Maria Salete Bessa. **Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade**. 2005. 2 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Ceará.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.730.341** - PR Relator: Ministra Laurita Vaz, acórdão publicado no DJ de 23/10/2018a. Brasília – DF. Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.730.341** - PR Relator: Ministra Laurita Vaz, acórdão publicado no DJ de 23/10/2018. Brasília – DF. Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

TRIBUNAL DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Apelação Criminal n. 0002592-28.2017.8.07.0009**, Relator Desembargador J.J. Costa Carvalho, Primeira Turma Criminal, acórdão publicado no DJe de 13/6/2019a. Distrito/DF. Disponível em <<https://www.tjdft.jus.br/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

TRIBUNAL DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Agravo de Execução Penal n. 0705481-67.2019.8.07.0000**, Relator Desembargador Roberval Casemiro Belinati, Segunda Turma Criminal, acórdão publicado no DJe de 05/11/2020b. Distrito/DF. Disponível em < <https://www.tjdft.jus.br/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

TRIBUNAL DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Agravo de Execução Penal n. 0739728-40.2020.8.07.0000**, Relator Desembargador Jair Soares, Segunda Turma Criminal, acórdão publicado no DJe de 05/11/2020c. Distrito/DF. Disponível em < <https://www.tjdft.jus.br/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO. **Importunação Sexual**. Disponível em: <<https://www.trf3.jus.br/lis/>>. Acesso em: 07 de março de 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO. **Tudo sobre a Lei de Importunação Sexual**. Disponível em: https://www.trf3.jus.br/lis/Cartilha_LIS.pdf. Acesso em: 07 de março de 2020.